



FÓRUM – 38º EIA -2023

TÍTULO: REABILITAÇÃO AUDITIVA

Coordenadores: Adriane Lima Mortari Moret, Luisa Barzaghi Ficker, Maria Angelina Nardi de Souza Martinez

Relator: Eliane Maria Carrit Delgado-Pinheiro

Palestrantes: Fernanda De Lourdes Antonio Yoshida, Joseli Brazorotto, Regina Tangerino de Souza Jacob, Tatiana Medeiros Deperon

Quantitativo de participantes: 84 (primeira parte) 18 (segunda parte)

TEMAS DISCUTIDOS:

As palestras que antecederam o debate proposto no Fórum abordaram o panorama atual da reabilitação auditiva no Brasil, seus avanços e desafios. Profissionais de diferentes regiões, como Nordeste, Centro Oeste e São Paulo, apresentaram a organização de serviços públicos que possuem programas de reabilitação auditiva. Os dados apresentados demonstram resultados promissores relacionados ao desenvolvimento da função auditiva e linguagem falada de crianças com perda auditiva. Destacou-se aspectos como: a necessidade de as crianças iniciarem o processo terapêutico precocemente, terem acesso a terapia fonoaudiológica próximo a sua residência e ser possibilitado o transporte para o atendimento nos serviços de saúde auditiva, além da importância do Sistema Único de Saúde possuir profissionais capacitados e um sistema de gestão dos casos. Também foram apresentadas as diferentes propostas de organização para o atendimento das crianças com perda auditiva e seus familiares (atendimento em grupo, individual, telefonaudiologia).

Outro aspecto destacado foram as questões relacionadas as tecnologias de acessibilidade auditiva e a necessidade de atualização das legislações em relação a viabilizar os códigos de reposição dos dispositivos com a atualização das nomenclaturas (Sistema de Frequência Modulada/ Microfone Remoto/ Roger), esse tema também foi contemplado no Fórum de Políticas Públicas.

DISCUSSÕES REALIZADAS NO FÓRUM

A coordenação apresentou a síntese das informações.

Dificuldades encontradas na Rede de Saúde Auditiva:

- Interior dos estados são mais desassistidos de profissionais
- Escassez de fonoaudiólogos reabilitadores
- Necessidade de qualificação e ampliação das equipes (formação continuada)

Criança e Família

- Chegar e permanecer no processo de reabilitação
- Tempo de locomoção
- Acompanhante (quem leva semanalmente na terapia)
- Adesão ao uso dos dispositivos
- Faltas frequentes

Adaptação, reposição e manutenção dos sistemas de microfone remoto

- Revisão da portaria 1.274 (juntamente com o Fórum de Políticas Públicas)

Interface da Atenção Básica e Educação

- Fragilidade na parceria entre os serviços da atenção básica e especializada com a educação

Os debates realizados no Fórum iniciaram com o questionamento sobre os critérios para a elaboração de um documento com ênfase na “reabilitação auditiva” a ser redigido e enviado para o Ministério da Saúde e a necessidade de haver dados para a composição do referido documento.

Foi enfatizada a necessidade da análise situacional e a relevância da parceria entre as Universidades e serviços de Saúde Auditiva. Em 2007 representantes da Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia apresentaram informações técnicas para o Ministério da Saúde e uma sugestão foi a retomada dos trabalhos das equipes técnicas junto ao Ministério.

Também foi destacado a proposta da elaboração pelo Ministério de um sistema para organização das informações sobre a reabilitação auditiva, o qual poderia ser abastecido pelos profissionais que atuam nos serviços de Saúde Auditiva e publicizados. Relembrou-se que no início da realização das cirurgias dos implantes cocleares as equipes dos programas de Saúde Auditiva enviavam as informações para o Ministério da Saúde.

Ressaltou-se a importância de serem elencadas as prioridades apresentadas em todos os Fóruns e ser enviado um único documento da área da Saúde Auditiva.

Destacou-se a necessidade de realmente se efetivar a intervenção precoce. A plataforma Salus criada para acompanhamento pré-natal poderia ser utilizada, mas, sua utilização ainda não é efetiva.

Foi retomado que pesquisas demonstraram que crianças que participaram de programas de reabilitação auditiva tornaram-se adultos independentes profissionalmente. Enfatizou-se a necessidade de analisar em quais contextos esses resultados são obtidos.

Foi solicitado um esclarecimento sobre como estão descritas as tecnologias de acessibilidade nas portarias e se há necessidade de adequações em relação a idade, tecnologia e critérios para o fornecimento. Em resposta se enfatizou que a análise deverá ocorrer em relação ao custo e benefício, ou seja, a melhora da percepção dos sons da fala no ruído. Será necessário definir as possibilidades de cada Microfone Remoto (MR) e posteriormente haver uma

categorização. Considerar se o professor consegue visualizar se o MR está funcionando e principalmente ter explicito questões referentes ao manejo dessa tecnologia. Também destacou-se ser necessário a análise do custo da referida tecnologia. Em relação aos MR e implantes cocleares foi informado que há crianças aguardando devido a questão da compatibilidade. Existe a necessidade de o professor saber que a criança apresenta perda auditiva.

Uma profissional que integra na área da Audiologia o Conselho Regional de Fonoaudiologia (CRFa) informou que também é uma atividade do CRFa fiscalizar a ausência e necessidade de profissionais e que há uma pesquisa em andamento, organizada pelo Conselho sobre a análise situacional da Saúde Auditiva no Brasil, sendo que a questão da remuneração merece destaque. A participante apresenta sugestão do diálogo entre os Conselhos e Universidades sobre o referido tema. Quanto a esse aspecto foi destacado por outros participantes a necessidade de se verificar quais são as diferentes variáveis que interferem para o profissional ser um reabilitador, inclusive a motivação e a remuneração. Foi lembrado que há muitas demandas nos serviços, mas, há necessidade do monitoramento dos casos e atualmente pesquisas realizam essa investigação.

Foi informado que no curso Adaptação Pediátrica houveram 600 inscritos, sendo que 300 eram profissionais do serviço público de todos os estados, exceto Acre e Amapá.

Foi enfatizado que crianças com perda auditiva leve não têm suporte para participação no processo terapêutico e poderia ser alternativa participação em grupos de histórias, oficinas motoras, participação de pais em grupos de atividades. Para o acompanhamento familiar destacou-se a possibilidade da Telesaúde e foi relatada uma experiência na região Nordeste na qual famílias que residiam a mais de 100 km do Serviço de Saúde Auditiva e possuíam escolaridade até Ensino Médio tiveram maior adesão a essa modalidade de atendimento. Destacou-se que a equipe precisa ser capacitada para a Telesaúde para que o desenvolvimento da criança realmente seja centrado na família. Os municípios precisariam elencar profissionais para o Telesaúde e o mesmo necessitaria ser organizado em uma rede informatizada. Foi informado a proposta da utilização de vídeofeedback o qual apresenta aspectos favoráveis e desfavoráveis.

Também se destacou a necessidade de se considerar a mudança de perfil das famílias que atualmente desejam resultados rápidos.

Houve a ponderação de que o atendimento fonoaudiológico necessita ocorrer no território de residência da criança, sendo importante o fortalecimento dos fonoaudiólogos que atuam na referida região.

Sugeriu-se um cadastro de reabilitadores para se obter a informação de quantos profissionais precisariam de capacitação e a possibilidade das Universidades contribuírem com essa formação. Também a união da Academia Brasileira de Audiologia com o CFFa. Um “Curso para Pais” poderia ser organizado pela parceria entre Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia e Academia Brasileira de Audiologia.

Outro aspecto enfatizado está relacionado a expectativa dos reabilitadores a qual muitas vezes é aquém do que a criança apresenta de possibilidades. Torna-se fundamental a compreensão do impacto da “audibilidade” no desenvolvimento da linguagem. Precisa estar definido que crianças que não apresentam audibilidade com aparelho de amplificação sonora

individual são candidatas ao implante coclear ou devem ser encaminhadas para Língua Brasileira de Sinais.

Outros aspectos abordados foram a importância de todos os profissionais utilizarem os mesmos procedimentos e acompanhamento do desenvolvimento da função auditiva e linguagem. Também das crianças serem acompanhadas pela equipe da atenção básica, entretanto, há necessidade de uma releitura do instrutivo das normas que regem a atuação na Atenção Básica e os Centros Especializados em Reabilitação.

Destacou-se que um importante parâmetro para avaliar o desenvolvimento de crianças usuárias de implante coclear é seu nível de desenvolvimento acadêmico.

A coordenação do Fórum destacou necessidade de ações: investimento de políticas públicas que viabilizem suporte para que a família possa aderir ao processo terapêutico, contratação de profissionais para trabalhar na área da reabilitação, possibilidade de parceria com a atenção básica (agentes de saúde), implementação de estratégias de comunicação com profissionais da área da saúde.

Encaminhamentos propostos:

Em relação a equipe:

- Necessidade de formação;
- Necessidade da análise situacional (considerar a questão da remuneração)
- Identificar quem são os profissionais, qual formação e quais demandas que os mesmos apresentam

Teleatendimento e telesaúde

Estudar a organização e viabilização

Sistema de Gestão

Implementar sistema de gestão e acompanhamento das crianças

Portaria

Revisão da Portaria do sistema FM